

---

**Juntas somos mais fortes: reflexão sobre politização, relações de trabalho e gênero**<sup>1</sup>Enise de Castro SILVA<sup>2</sup>  
Julia Ester DE PAULA<sup>3</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo investigar sobre maternidade, trabalho de cuidado e relações de gênero, com foco na naturalização da exploração de mulheres por mulheres. Para isso, olharemos para o anúncio intitulado “moradia compartilhada – juntas somos mais fortes”, postado no *Facebook* em julho de 2017 pela designer Patrícia Malizia. O estudo está estruturado em três seções: Primeiramente, realizamos uma breve revisão literária sobre trabalho de cuidado e relações de gênero. Em seguida investigamos sobre a politização de pautas de gênero e serviço doméstico. Finalmente, apresentamos o anúncio escolhido para estudo e a análise feita e discutimos sobre naturalização da exploração de mulheres à luz dos conceitos apreendidos. Como afirmamos no princípio do texto, a internet é um espaço privilegiado para circulação de diferentes demandas por parte de grupos minoritários que nem sempre aparecem no discurso da grande mídia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Politização; trabalho; relações de gênero.**INTRODUÇÃO**

A discussão sobre relações de gênero e exploração da mulher tem ocupado um papel cada vez mais importante na sociedade contemporânea. Violência doméstica, relações abusivas, assédio, aborto, desigualdade de salários são temas que passaram por um processo de politização e tornaram-se amplamente discutidos. Neste aspecto, as mídias de massa e sociais desempenham um importante papel no que diz respeito a levantar questionamentos e visibilizar questões acerca desses assuntos, contribuindo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGCOM/UFMG e membro do Grupo de pesquisa em Imagem e Sociabilidade – Gris/UFMG, e-mail: enise.c.s@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – PPGCOM/UFMG e membro do Grupo de pesquisa em Mídia e Esfera Pública – Eme/UFMG, e-mail: juliaester.paula@gmail.com

---

para a dinâmica da conversação social sobre eles.

Nos últimos tempos, temos tido a possibilidade de presenciar o quanto a internet e, principalmente, as redes sociais ocupam um papel central nas discussões públicas. Essas mídias auxiliam na visibilização de discussões, fomentam debates, mostram opiniões minoritárias, de modo a romper, ainda que brevemente, com espaços de poder. Através disso, propiciam reflexões e ajudam no engajamento na luta para superar desigualdades.

Exemplos de ações que mobilizaram um grande número de mulheres no Brasil foram as hashtags #primeiroassédio e #meuamigosecreto, ambas que, guardando as determinadas diferenças, trouxeram a público a questão dos assédios e machismo constantes sofridos por mulheres desde muito cedo, algumas até na infância, e por parte de homens muito próximos a seu cotidiano.

Seguindo a mesma linha, vimos surgir a página “Eu, empregada doméstica”, no Facebook, a partir de uma hashtag de mesmo nome, usada para compartilhar relatos de abusos sofridos por essa classe de trabalhadoras em seu cotidiano. A resposta das empregadas foi tal, que a idealizadora da hashtag fundou uma página especificamente para abrigar esses relatos, de modo também a manter uma visibilidade maior para a ação além do tempo da “viralização”, já que a página continua ativa.

Em uma outra linha, as redes sociais permitem a formação de grupos de discussão sobre diversas temáticas e nós, mulheres temos aproveitado do espaço para fazermos circular entre nós mesmas informações de nosso interesse e para nossa proteção, além de poder debater sobre questões que nos afetam enquanto coletividade, seja em termos gerais (grupos de debate sobre feminismo, formas de enfrentamento ao machismo, etc) ou em grupos específicos (feminismo negro, lésbico, mães, profissionais de classe, etc).

Acreditamos que estes espaços auxiliam na politização, isto é, na passagem de um tema da vida íntima para discussão na esfera pública, de assuntos referentes às relações de gênero e na luta por direitos das mulheres. Entretanto, a identidade social da mulher, em especial, a naturalização do cuidado, a colocam em posição de vulnerabilidade

---

perante a sociedade, de modo que explorações ainda são comuns e realizadas mesmo por pessoas do sexo feminino.

Neste aspecto, o presente artigo tem como objetivo investigar sobre maternidade, trabalho de cuidado e domesticidade, com foco na naturalização da exploração de mulheres por mulheres. Para isso, olharemos para o anúncio intitulado “moradia compartilhada – juntas somos mais fortes”, postado no *Facebook* em julho de 2017 pela designer Patrícia Malizia. Na publicação, a autora oferecia vaga para outra mulher morar em seu “apartamento descolado na zona sul” em troca de serviços domésticos e cuidados de uma criança de sete anos. O anúncio gerou discussões e foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo – MPT/SP, de modo a alcançar o terceiro tipo de politização, o da responsabilização das instâncias governamentais (WOOD e FLINDERS, 2014).

Assim, este artigo estrutura-se em três seções. Primeiramente, realizamos uma breve revisão literária sobre trabalho de cuidado e relações de gênero. Em seguida investigamos sobre a politização de pautas de gênero e serviço doméstico. Finalmente, apresentamos o anúncio escolhido para estudo e a análise feita e discutimos sobre naturalização da exploração de mulheres à luz dos conceitos apreendidos.

## **TRABALHO DE CUIDADO E RELAÇÕES DE GÊNERO**

O trabalho é, indiscutivelmente, um dos principais fatores sob o qual a vida daqueles que estão na sociedade ocidental, ou sob influência dela, gira. De acordo com Deranty (2009) o trabalho é uma das principais formas pelas quais os indivíduos conseguem atingir um nível satisfatório de reconhecimento e autorrealização na sociedade capitalista. Entretanto, o que podemos perceber com facilidade é que existem empecilhos e limites para essas conquistas. O status e a recompensa financeira atribuídos às distintas atividades realizadas pelas pessoas na nossa sociedade são capazes de revelar como cada uma delas é apreciada, tendo em vista os interesses do capital e dos grupos hegemônicos.

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), o capitalismo é um sistema fundamentalmente dependente da venda da força de trabalho daqueles que não possuem

---

capital suficiente para exercer outra função. Não bastasse apenas essa assimetria, cuja ideia de liberdade de escolha do trabalhador tenta suavizar, entre os próprios trabalhadores, ao longo da história, hierarquias de apreciação vão se formando e se modificando com a intenção de mantê-los engajados no sistema.

Apesar disso, como retrata Souza (2009), no Brasil existe uma classe de pessoas, a qual ele atribui o nome de *ralé*, que sobrevive historicamente da venda de trabalho braçais e relacionados com o corpo, da maneira mais crua possível, e cujas possibilidades de ascensão social são quase inexistentes devido às ideologias correntes e ao habitus de classe. As ocupações exercidas por ela são aquelas que não exigem conhecimento formal ou técnico-científico: os salários são baixos, quando existem, e as condições de vida, precárias.

Arendt (1999), com sua distinção dos diferentes tipo de atividade humana, auxilia um pouco a compreensão desse cenário ao caracterizar as atividades de labor. Essas, como definidas pela autora, são destinadas à manutenção da vida e da obra humana. No cenário capitalista atual possuem menor valor atribuído, justamente por serem compreendidas enquanto não produtivas. Isso porque, os resultados delas não geram produtos ou itens passíveis de comercialização, muito menos possuem alguma duração, uma vez que, por se tratar de uma atividade de manutenção, são “consumidos” assim que o trabalho é terminado ou mesmo ao longo dele (SORATTO, 2006).

No escopo dessas atividades podemos encaixar os serviços domésticos e o cuidado com os mais frágeis. Essas são, claramente, atividades destinadas à preservação da vida e do mundo humano, indispensáveis não só em termos de sobrevivência individual, mas também em termos de coletividade, já que, principalmente quando se trata do cuidado, se destina à formação de novos membros da sociedade e garantia de qualidade de vida daqueles já contribuíram com o social a seu modo.

No entanto, em se tratando desse tipo de serviço, o capitalismo e seus interesses não são os únicos atores que ajudam a definir o valor, seja ele status ou remuneração, das atividades realizadas em ambiente doméstico. Em se tratando delas, a divisão sexual do trabalho atua fortemente na hierarquização dessas atividades frente às demais.

---

Segundo Flávia Biroli (2017) as pesquisas dentro da temática do gênero e trabalho entendem a divisão sexual do trabalho como algo que organiza e perpassa as relações sociais. De acordo com as perspectivas que ela recupera em seu livro, patriarcado e capitalismo são sistemas distintos que se sobrepõe quando o assunto é a opressão que as mulheres sofrem em nossa sociedade. Segundo elas, o capitalismo não possui em si, nenhuma necessidade histórica que justifique a divisão sexual do trabalho. Entretanto, a configuração que a sobreposição desses sistemas gera cria um campo em que, mesmo com as mudanças que já aconteceram em termos de garantia de participação no mercado e direitos às mulheres, elas continuam tendo seu acesso a atuação na vida pública dificultado pela atribuição desigual das atividades de manutenção da vida humana, sejam elas o cuidado de crianças, idosos ou de casas, incluindo a responsabilidade de alimentação.

Soratto (2006), aponta como o possível princípio dessa atribuição desigual de tarefas domésticas na era capitalista os acontecimentos da Revolução Industrial e a necessidade de incorporação de mão-de-obra das mulheres fora do ambiente doméstico. Embora elas tenham saído de casa para trabalhar nas fábricas, as atividades realizadas nesse âmbito não passaram a ser partilhadas entre todos que delas necessitavam e se beneficiavam. Permaneceu a elas a função de cuidar da casa e dos filhos, e, a partir do momento em surgiu uma classe de trabalhadoras capaz de pagar a outras mulheres, mais pobres, para que cuidassem de suas casas e filhos, uma nova categoria de mulheres trabalhadoras apareceu, garantindo o cumprimento dessas tarefas e, conseqüentemente, todo um modo de participação a primeira categoria de trabalhadoras na vida pública.

No Brasil, um outro fator se acrescenta a esse pano de fundo que organiza as relações de trabalho, que o da raça. A reprodução e atualização de práticas racistas que fazem com que a maior parte da classe nomeada por Souza (2009) de ralé seja negra, expõe principalmente mulheres negras e pobres à ocupação dessas atividades remuneradas precarizadas. Desse modo, embora todas as mulheres acabem sofrendo em alguma medida com os problemas colocados pela divisão sexual do trabalho, existem outros fatores que complexificam ainda mais a situação de algumas mulheres, como

---

raça e classe social, e as colocam em situação de exploração, inclusive por outras mulheres:

“Os arranjos familiares e os padrões da divisão sexual do trabalho modificaram-se, mas continuam a implicar, nas suas formas correntes, maior vulnerabilidade relativa para as mulheres, em especial as mais pobres. O diagnóstico dessa vulnerabilidade relativa não implica [...] a pressuposição de que todas as mulheres são igualmente impactadas por esses arranjos e padrões. A exploração do trabalho e a expropriação do tempo e da energia das mulheres não têm apenas homens na outra ponta das relações cotidianas que as efetivam.” (BIROLI, 2017, p. 34-35)

Parte do problema existente se deve ao fato de que, como apontado por Birolí, há pouca problematização da divisão entre público e privado quando o assunto é trabalho. Como dissemos acima, embora as mulheres tenham passado a ocupar posições remuneradas fora de casa, no espaço doméstico as atividades continuaram a ser, majoritariamente, responsabilidade delas. E essa situação não se restringe somente a mulheres casadas. Após o divórcio, o encargo de cuidar dos filhos ainda é atribuído, em grande parte dos casos, a mulher.

Os homens e Estado se beneficiam imensamente essa situação; os primeiros usufruindo de um tempo livre muito maior que o das mulheres por não se ocuparem das atividades domésticas. O segundo por poder se beneficiar da riqueza produzida pelas mulheres sem arcar com os custos de, por exemplo, investir na formação dos novos membros da sociedade com a universalização do direito à creche pelas crianças pequenas e outros modos de fazer com que os direitos das mulheres à participação na vida pública sejam garantidos, ao mesmo tempo em que haja responsabilização coletiva pela formação dos pequenos.

## **MATERNIDADE, CUIDADO E SERVIÇO DOMÉSTICO: POLITIZAÇÃO**

Como mostrado na seção anterior, a pouca problematização da divisão sexual do trabalho coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade perante homens e sociedade. De acordo com Susan Okin, as mulheres

“são primeiramente expostas à vulnerabilidade durante o período de desenvolvimento por suas expectativas pessoais (e socialmente reforçadas) de que serão as principais responsáveis pelo cuidado com as

---

crianças, e que para preencher esse papel elas precisarão atrair e manter o suporte econômico de um homem, para cuja vida profissional se espera que elas dêem prioridade. Elas se tornam vulneráveis pela divisão atual do trabalho dentro de quase todos os casamentos atuais. Elas têm desvantagens no trabalho pelo fato de que o mundo do trabalho pago, incluído o profissionalizado, é ainda amplamente estruturado em torno da presunção de que ‘trabalhadores’ têm esposas em casa. Elas se tornam ainda mais vulneráveis se são as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, e sua vulnerabilidade atinge um pico se seus casamentos terminam e elas se tornam mães solteiras.” (OKIN, 1989, p. 139)

Uma vez que desde a infância mulheres são socializadas a serem as principais responsáveis pelos cuidados, essa tarefa é pouco questionada. Além disso, a representação da maternidade, ou, na verdade, da “boa mãe”, é um dos pilares da identidade feminina (PATIAS; BUAES, 2012). Neste aspecto, responsabilidade, zelo, dedicação e abnegação são entendidas socialmente enquanto características inerentes às mulheres e aquelas que não se encaixassem nessa descrição são percebidas como fora do padrão (ROCHA-COUTINHO, 2009).

Deste modo, o cuidado com a casa e com os filhos, durante muito tempo foi visto como natural ao sexo feminino, de modo a não ser percebido enquanto um trabalho ou algo que demanda esforço e aprendizado. Com a entrada das mulheres de classe média no mercado profissional, isso pouco mudou. Ao saírem de casa para trabalhar fora, as mulheres de classe média deixavam outras mulheres cuidando de seus filhos. Dado que os cuidados eram vistos como naturais, não eram percebidos como um serviço, e sim como uma ajuda, algo que poderia ser feito juntamente com outras funções, como cuidar da casa. Neste caso, empregadas domésticas eram, por vezes, contratadas para limpar a casa, cozinhar, lavar roupas e cuidar de crianças, ainda recebendo baixos salários, por ser considerada um função de menor importância.

Nos últimos anos, contudo, com a ampliação das mídias de massa pode-se dizer que as relações de gênero e, neste caso, a maternidade e o trabalho de cuidado passam por um movimento de politização. Wood e Flinders (2014) entendem a politização como um processo no qual um tema ultrapassa os limites da vida íntima e passa a ser discutido também na esfera pública. Este processo poderia acontecer em três tipos: i) pela discussão de temas que antes eram intocados; ii) pela identificação do tema

---

enquanto um problema coletivo; e iii) pela impulsão da discussão para a esfera governamental.

O primeiro tipo de politização se refere à capacidade de deliberar sobre temas que antes eram considerados sagrados ou destinos inevitáveis. O cuidado com crianças, percebido como um instinto feminino, pode então ser visto também através de um viés diferente, possibilitando que fosse gerada uma discussão sobre o tema. Aqui podemos citar campanhas sobre “maternidade real” nas redes sociais, nas quais mães escreviam relatos sobre os desafios na criação de um filho, principalmente em relação ao tratamento e à expectativa recebidos por parte da sociedade. As publicações foram compartilhadas, a mídia difundiu informações e mais mulheres relataram suas experiências. Logo, mesmo que não seja por todos, diferentes pessoas refletem sobre o tema, ficam indignadas quanto a alguns tópicos, fiscalizam abusos e discutem como alcançar melhorias (HABERMAS, 1997; MAIA, 2017).

O segundo tipo de politização fala sobre o entendimento do tema enquanto de interesse público e não como algo particular. Aqui as questões não são entendidas apenas como escolhas, mas analisa-se o contexto em volta, que fazem com que o cenário seja comum a outras pessoas. Isso vem ao encontro dos estudos sobre autonomia relacional (MACKENZIE e STOLJAR, 2000), que dizem que decisões não são tomadas isoladamente, mas dependem das relações a que as pessoas estão inseridas. No caso da exploração das empregadas domésticas, a situação passou a ser percebida num contexto mais amplo, perpassado pelas relações sociais, falta de oportunidades, falta de estudo, raça e histórico familiar. Isto posto, não se pode pensar que o caso de exploração seja por parte de um empregador ruim, mas sim de toda uma conjuntura que possibilita que isto aconteça. Não bastaria, então, “oferecer” outros serviços a essas mulheres, mas seria preciso estabelecer materialidades para que as melhorias propostas tornassem-se viáveis.

Por fim, o terceiro tipo é da impulsão do debate para a esfera governamental, que deveria propor alternativas à situação e tomar parte da responsabilidade. Aqui, a Proposta de Emenda Constitucional aprovada em 2015 pode ser percebida como um exemplo desta politização. A PEC das empregadas domésticas, como ficou conhecida,

---

regulamenta a profissão e garante às empregadas os direitos dos demais trabalhadores, como adicional noturno, pagamento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), indenização em caso de despedida sem justa causa, seguro desemprego, salário-família, auxílio-creche e pré-escola e seguro contra acidentes de trabalho.

O caso que escolhemos analisar neste artigo pode ser considerado outro exemplo de politização nos terceiro tipo. Na próxima seção investigaremos a publicação “moradia compartilhada - juntas somos mais fortes” postada no *Facebook* em 2017. O anúncio gerou controvérsias e foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo.

### **“JUNTAS SOMOS MAIS FORTES”? – A NATURALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE MULHERES POR MULHERES**

**Figura 1** - Print da postagem de Patrícia Malizia.



Fonte: Arquivo nosso. Extraído de <[www.facebook.com](http://www.facebook.com)>. Acesso em 15 de julho de 2017.

Em 3 de julho de 2017, a designer Patrícia Malizia publicou em seu *Facebook* um anúncio intitulado ‘Moradia compartilhada - juntas somos mais fortes’ (figura 1). Na publicação, Patrícia oferecia o que chamava de “ótima oportunidade”: uma vaga em seu apartamento na zona sul de São Paulo em troca de serviços domésticos e cuidados de uma criança “bem educada” de sete anos. A nova moradora deveria cuidar da criança na parte da manhã, cozinhar e servir almoço a ela, colocá-la no transporte escolar e manter a casa organizada. A designer afirma que é uma proposta de acolhimento e ajuda mútua.

Um detalhe importante a ser apontado na postagem é que o nome pelo qual a mulher se identifica na rede social é “Patrícia Mãe do...”. Essa prática é muito comum

nas redes sociais principalmente nos perfis de mulheres que se dedicam a ser blogueiras de maternidade ou registrar e compartilhar, de forma pública, seus relatos e experiências como mães. Nesse caso em específico, o apelo do anúncio identificado como vindo de uma mãe, que ainda demonstra certa urgência em seu pedido de ajuda para compartilhamento da mensagem, vai se tornar ainda mais interessante em termos de análise, como veremos a seguir.

Entretanto, antes disso, comecemos pelo texto escrito principal do anúncio: “Moradia compartilhada - juntas somos mais fortes”. A frase “juntas somos mais fortes” é um dos muitos lemas que grupos feministas utilizam para convocar a adesão e engajamento de mulheres às ações e aos movimentos. É um convite ao pertencimento, a identificação com uma coletividade que luta pelos direitos das mulheres e pelo fim da opressão dos homens e do patriarcado.

Quando se utiliza dessa frase, a autora do anúncio remete, então, a um lema feminista, dando a entender seu posicionamento e buscando enquadrar seu anúncio dentro de um universo que é marcado pelas ações de mulheres por mulheres, buscando juntas a construção de uma sociedade melhor para todas. Entretanto, a proposta de Patrícia apresenta uma série de problemas que vão desde o mau uso desse discurso até o desrespeito às leis trabalhistas.

Uma prática que foi muito comum e que ainda é em determinadas localidades do Brasil é a de famílias mais abastadas “pegarem para criar” meninas de famílias mais pobres oferecendo a elas casa, comida, escola e até mesmo certo tipo de proteção, em troca de “uma ajudinha em casa”. A pesquisadora Danila Cal (2016) analisa justamente as relações de poder que envolvem os discursos em torno dessa atividade no estado brasileiro do Pará, e evidencia as diferentes nuances existentes dentro desse problema, entre elas a própria relação emocional que as trabalhadoras infantis desenvolvem com a família que as emprega.

Esse anúncio em específico não trata de trabalho infantil doméstico, mas, ao mesmo tempo, remete a essa prática de “acolhimento” em troca de serviços domésticos, tendo grande apelo emocional e também de status, uma vez que a “vaga” é em um apartamento “descolado, na Zona Sul de São Paulo”. Uma mulher em condição social

---

vulnerável pode enxergar nele a oportunidade de habitar uma região e uma casa que, em outras condições, não seriam acessíveis a ela, por um “preço” relativamente pequeno, uma vez que a maioria das meninas, principalmente as mais pobres, são incumbidas, desde muito cedo, da limpeza da casa, preparo da refeição e cuidado das crianças mais novas, enquanto as mães saem, muitas vezes, para desempenhar essas funções nas casas de outras pessoas.

Nesse contexto, o discurso feminista opera oferecendo maior “segurança” para a interessada na vaga. Isso porque, através dela, a anunciante demonstra preocupação com a condição das mulheres enquanto coletividade. O uso da palavra “troca” para definir a natureza da relação também esconde a assimetria dela, desde o início. Uma das mulheres é proprietária da casa, mãe da criança e está oferecendo a vaga, mediante a realização de uma entrevista. O simples uso desse procedimento já deixa claro que a futura moradora da casa será avaliada antes de se mudar, correndo o risco de ser descartada.

Suponhamos que uma mulher se mude e passe a ocupar a vaga. É importante lembrar que não é oferecido a ela nenhum tipo de garantia de permanência no local além do teto. Não existe a preocupação em se a renda da mulher será suficiente para cobrir o custo de vida em uma região nobre de uma cidade grande. Não há especificação de quanto tempo do dia a mulher passará realizando as tarefas de cuidar da criança, se terá direito a visitas de familiares. Caso a dona da casa não goste dos serviços que ela oferece em troca, não existe nenhuma espécie de garantia para essa mulher.

Do mesmo modo, o discurso da maternidade, uma vez que se trata de uma mensagem vinda de uma mãe de uma criança, como identificada no próprio nome do perfil, buscando uma “alma gentil”, apela para uma condição que é passível de ser comum a maioria das mulheres: a de mãe. Através dele, a anunciante consegue, ainda mais, conferir o tom de pedido de ajuda ao anúncio de trabalho análogo à escravidão.

Em entrevista ao Huffpost Brasil (CASTRO, 2017), autora da publicação disse que “a ideia é ajudar, não escravizar ninguém”, “mães seriam bem-vindas”, que “não teria quatinho de empregada”, a nova moradora dividiria o quarto com a criança a quem tomaria conta. Estas falas, no entanto, geram indagações. Se a ideia é ajuda

---

mútua, por que não procurar uma amiga ou pessoa da mesma faixa etária e classe social em vez de uma “estudante” ou “pessoa que busque por oportunidades na cidade grande”? Patrícia ajudaria nos cuidados do filho da nova moradora, caso ela tivesse? Por que ela não divide o quarto com o próprio filho e deixa a nova moradora num quarto sozinha?

O discurso de empatia promovido pela designer encontra uma série de lacunas e, por isso mesmo, foi alvo de críticas nas redes sociais. O anúncio foi denunciado ao Ministério Público do Trabalho de São Paulo - MPT/SP, com o qual Patrícia assinou acordo se comprometendo a cumprir a legislação trabalhista caso contrate alguém para ajudar no cuidado com casa ou com o filho. O acontecimento nos fala, então, de dois pontos: De um lado, há naturalização da exploração de mulheres através do serviço doméstico, que não é nem mesmo entendido por muitos enquanto um trabalho, mas como uma “ajuda”. Por outro lado, nos mostra que casos como estes vêm ganhando espaço na agenda pública e buscando maneiras de conscientizar e coibir abusos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como afirmamos no princípio do texto, a internet é um espaço privilegiado para circulação de diferentes demandas por parte de grupos minoritários que nem sempre aparecem no discurso da grande mídia.

Através do exemplo de Patrícia, fica claro como a politização de determinados temas se faz importante para que grupos já vulnerabilizados, como é o caso das mulheres pobres e negras, tanto por ação do capitalismo quanto pela divisão sexual do trabalho, possam tornar pública a opressão e as injustiças que sofrem, problematizando, por exemplo a naturalização da exploração de mulheres por mulheres.

Como apontado por Biroli (2017), as mulheres sofrem diferentemente as consequências da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, ações como a denúncia de anúncios desse tipo são fundamentais para evidenciar as camadas mais finas das opressões sofridas por diferentes grupos de mulheres na nossa sociedade, além de chamar a atenção para a necessidade do enfrentamento não só do patriarcado, mas de todos os sistemas que operam na criação de vulnerabilidades para esses indivíduos.

Assim como no caso apresentado, as instâncias legais para coibir esse tipo de ação existem, entretanto, o entendimento por parte da população da injustiça presente na situação impede, em uma série de outros casos, o acionamento desses recursos, deixando as pessoas que necessitam deles expostas às situações de exploração

Consideramos que o enfrentamento das desigualdades e a busca por uma sociedade mais justa é feito coletivamente. Neste aspecto, o diálogo e a percepção dos danos precisa passar por um viés comunicativo, no qual diferentes nuances são destacadas e há a compreensão de que mesmo problemas aparentemente da vida privada, podem ser referentes à vida pública.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- CAL, Danila. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- CASTRO, Grasielle. **Como uma “proposta de acolhimento” na internet gerou alerta e debate sobre trabalho escravo**. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/09/como-uma-proposta-de-acolhimento-gerou-uma-rede-de-alerta-para\\_a\\_23022724/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/09/como-uma-proposta-de-acolhimento-gerou-uma-rede-de-alerta-para_a_23022724/)> Acesso em: 26 abr 2018.
- DERANTY, Jean-Philippe. What is work?: key insights from the psychodynamics of work. **Thesis Eleven**, Los Angeles, v. 98, n. 1, p.69-87, ago. 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia – entre facticidade e validade**. Volume 1. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 354 p.
- MACKENZIE, Catriona; STOLJAR, Natalie. Eds. **Relational Autonomy: Feminist perspectives on autonomy, agency and the social self**. New York: Oxford University Press. 2000.
- MAIA, R. C. M. Politicisation, New Media and Everyday deliberation. In C. HAY, M. FLINDERS, P. FAWCETT & M. WOOD (Eds.), **Antipolitics, depoliticisation and governance** (pp. 180-235). Oxford, UK: Oxford University Press. 2017

---

MANSBRIDGE, J. et al. A systemic approach to deliberative democracy. In J. Parkinson & J. Mansbridge (Eds.), **Deliberative systems**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012, P.1-26.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: Angela Marques. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 207-237.

OKIN, Susan. **Justice, gender, and the family**. New York: Basic Books. 1989.

PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. . “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), 2012, p. 300-306.

POLLETTA, F. & LEE, J. Is storytelling good for democracy? **Rhetoric in public deliberation after 9/11**. American Sociological Review, 2006. 71, 699723.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: Terezinha Feres-Carneiro (Orgs). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

SORATTO, Lúcia Helena. **Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas**. 2006. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

WOOD, M., FLINDERS, M. Rethinking depoliticisation: beyond the governmental. **Policy & Politics**, 42(2), 2014, p. 151-170.